

Ensino de Biblioteconomia: manutenção ou mudança?

Library education: maintenance or change?

ANA MARIA ATHAYDE POLKE *

Discute razões para mudança do currículo mínimo (1962) de Biblioteconomia. Apresenta diretrizes para a mudança. A proposta curricular submetida ao CFE e alterada quando do estabelecimento de novo currículo é reapresentada como subsídio para a elaboração do currículo pleno.

O. INTRODUÇÃO

A recente aprovação de novo currículo mínimo para os cursos de biblioteconomia torna oportuna a publicação do presente trabalho, originalmente apresentado em Porto Alegre, à VII Jornada Sul Riograndense de Biblioteconomia e Documentação. Naquela ocasião este trabalho representava uma tentativa a mais no sentido de explicitar a proposta de educação bibliotecária, a qual vinha sendo elaborada desde 1977. Representava ainda o princípio norteador dos grupos que

*Professora Adjunta da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

trabalharam na proposta, ou seja, o de divulgar para tornar conhecido o que se propunha, assegurando a participação coletiva dos bibliotecários através do debate e da apresentação de críticas e sugestões.

O currículo agora aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e devolvido às instituições de ensino vem alterado. Mais do que isto, vem deformado. (1) É desconhecido o processo que levou à configuração final do currículo mínimo. Levantam-se hipóteses quanto à atuação de pessoas junto aos conselheiros do CFE, sem se submeterem à opinião nacional. O desconhecimento do que realmente aconteceu reflete o espírito anti-democrático e a imaturidade de profissionais da área, quando não hesitam em usar expedientes autoritários, ainda possíveis neste país. A própria exigência do CFE quanto a currículos mínimos para vigorarem de norte a sul e de leste a oeste do Brasil, nada mais é do que uma camisa-de-força. À essa uniformidade forçada soma-se a intrincada burocracia ministerial quando do exame e aprovação de propostas curriculares, conduzindo à exdrúxula situação de demora e permanência que colide com o próprio sentido da palavra *currículo*. Em educação, currículo significa *em curso*, portanto algo mutável, dinâmico. Não algo estático, acabado ou definitivo. O último currículo mínimo de biblioteconomia vigorou por 20 anos. Quando se pergunta o porquê da exigência de currículo mínimo, inevitavelmente vem a resposta: "Para assegurar o processo de transferência de alunos". Assim, o eventual e a exceção prevalecem sobre o geral, o comum. Além do mais, o argumento não tem consistência. Quem passou por colegiados de coordenação didática sabe que nenhuma transferência de aluno acontece sem uma série de adaptações, significando quase sempre curso mais longo para aquele que se transfere.

Outra confusão que nunca se esclarece em certos quadrantes da biblioteconomia nacional é a dupla perspectiva currículo mínimo — currículo pleno. O currículo mínimo é literalmente encarado como pleno, inclusive para assegurar emprego a professores que sempre lecionaram uma determinada disciplina em certas instituições de ensino. Por que essa determinada disciplina não se torna obrigatória no currículo pleno da referida instituição? Garante-se o emprego dos professores em questão e não se forçam todas as instituições de ensino a um processo que não obedece propriamente alguma lógica interna de estrutura curricular.

Mas, apesar das deformações e mutilações efetuadas no currículo mínimo de biblioteconomia, é oportuno lembrar e usar a saída oferecida pelo currículo pleno. Neste sentido, o presente trabalho, por referir-se à proposta original, poderá oferecer subsídios à composição do currículo pleno.

1. RAZÕES PARA MUDANÇA

O ensino de biblioteconomia no Brasil tem transplantado, às vezes de modo acrítico, modelos estrangeiros de educação sem atentar para as diferenças marcantes entre a nossa e as sociedades que desenvolveram tais modelos.

O processo mais geral de transculturação da Europa Ocidental, particularmente da França, para um país tropical, incluiu também o ensino de biblioteconomia. A época em que ocorreu, o processo atendia às características de nossa Biblioteca Nacional, ela mesma um transplante de rica coleção da metrópole para a colônia. As disciplinas Paleografia, Iconografia, Numismática e Bibliografia, ensinadas em 1915, no

primeiro curso da Biblioteca Nacional, correspondiam às seções então existentes naquela biblioteca.

A influência americana ocorreu quando o Brasil estava entrando para a órbita de dependência dos Estados Unidos, correspondendo portanto tal influência ao processo histórico em curso no país. A educação em geral (inclusive o ensino de biblioteconomia) não poderia ter sido iniciada de outro modo no Brasil, dada a nossa condição histórica de país periférico com economia baseada na exportação de matérias primas para os países centrais do sistema econômico mundial. Todavia, é a continuação acrítica do processo de transplante educacional, desconhecendo as necessidades mais gerais da sociedade brasileira quanto à leitura e serviços bibliotecários que têm preocupado alguns profissionais da área. (2).

É oportuno citar o educador Jayme Abreu quando contrapõe ao problema do transplante educacional a idéia de recriação local da escola:

“Não faz sentido uma idéia de educação alheia ao aqui e agora e assim; para que vingue autenticamente, a escola há de ser sempre recriada em cada ambiente cultural, mesmo quando a cultura local seja, de certo modo, extensão de uma outra cultura original. Nenhum exemplo mais nítido a respeito do que o caso da escola norte-americana que incorporando as contribuições culturais da Europa Ocidental, máxime da Inglaterra e Alemanha, repensou-as e reformulou-as criticamente e constituiu sua própria cultura, seu próprio sistema escolar em função da realidade e do projeto de ser americanos, afastando-se por vezes totalmente da teoria cultural e da organização escolar existentes nos países em que foi buscar contribuição.” (3)

Sabemos que o currículo mínimo de Biblioteconomia, estabelecido em 1962 pelo Conselho Federal de Educação, procurou conciliar as duas correntes de influência, a francesa e a americana, mais a segunda do que a primeira. Acrescentou, ainda, ao currículo as chamadas disciplinas "culturais" num esforço talvez de compensar as diferenças quanto ao modelo original americano, onde a maioria dos cursos de biblioteconomia são ensinados no nível de pós-graduação, precedidos por quatro anos de bacharelado em Liberal Arts. Evidenciam-se assim, as diferenças tanto quanto à duração (cinco anos nos Estados Unidos, três no Brasil) quanto à formação básica entre bibliotecários americanos e brasileiros.

Com referência às disciplinas culturais, ocorreu considerável desvio entre a intenção inicial dos articuladores do currículo mínimo de 1962 e a prática efetiva e observável em nossos cursos de biblioteconomia. Em depoimento colhido junto a pessoa que participou da formulação daquele currículo, ouvimos que as disciplinas culturais eram para ser integradas às disciplinas específicas da biblioteconomia, tais como Classificação e Referência, fornecendo embasamento ao bibliotecário para o exercício daquelas atividades. (4) Outros depoimentos ouvidos apontam para a "deterioração do objetivo inicial" e a transformação das disciplinas culturais em "ornamentais" aos cursos de biblioteconomia.

A presente exposição volta-se, principalmente, para o currículo mínimo. Pensamos, contudo, ser necessária a retomada da discussão relativa às disciplinas culturais e, principalmente repensado o seu papel na formação do bibliotecário, quando da composição dos currículos plenos. (5)

Os esforços já empreendidos no sentido de mudar o currículo mínimo de biblioteconomia são bastante conhecidos, abrangendo vários encontros e discussões promovidos pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em encontros específicos ou durante os congressos brasileiros da profissão. Entre os esforços mais sistemáticos destaca-se o da comissão formada pelos cursos de Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, que deu origem a dois artigos onde se explicitava a proposta. (6) Em 1979, foi o próprio Conselho Federal de Educação que solicitou sugestões à classe de bibliotecários para a mudança de seu currículo mínimo. Em julho de 1980 reuniu-se em Brasília um grupo de professores das universidades de Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Santa Catarina e São Paulo (USP) elaborando-se um ante-projeto de currículo mínimo. Esta comissão visitou, posteriormente, todos os cursos de biblioteconomia do país, expondo a proposta para mudança e recebendo críticas e sugestões de considerável parcela da comunidade bibliotecária nacional. O mesmo grupo, reunido novamente em novembro de 1980, acrescido de representantes da Universidade de Brasília e do IBICT elaborou o documento que se encontra, atualmente, no Conselho Federal de Educação.

Sabe-se que um currículo mínimo, uma vez estabelecido no país, pode levar muitos anos para ser mudado, parcialmente devido à falta de consenso dos grupos envolvidos, e em grande parte devido a segundos interesses e até mesmo à demorada burocracia ministerial. Mas, decorridos vinte anos desde a implantação do currículo mínimo de biblioteconomia, pode-se perguntar:

Devemos considerar a educação bibliotecária no Brasil como uma variável independente, remota em relação às mudanças sociais e aos desenvolvimentos

que ocorreram dentro e fora do contexto da biblioteconomia?

Devemos continuar a "atualizar" o currículo mínimo adicionando-lhe disciplinas oriundas de países alienígenas, sem nenhuma consideração mais geral da estrutura curricular global?

2. AS DIRETRIZES PARA MUDANÇA

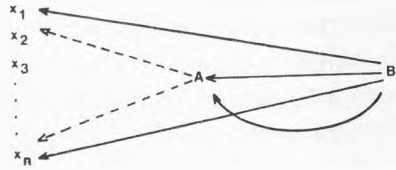
Ao se estruturar um currículo, a primeira ordem de considerações se volta para o próprio campo de conhecimento em questão. Nestes termos, teríamos que proceder ao exame da biblioteconomia enquanto disciplina: a sua natureza, o seu objeto de estudo, o objetivo a que se aplica.

O objeto de estudo da biblioteconomia refere-se à relação entre o indivíduo, o conhecimento e os suportes materiais que registram o conhecimento. Esta relação tríplice entre elementos altamente mutáveis indica um objeto de estudo em constante constituição. As operações de selecionar, reunir, organizar e disseminar o conhecimento registrado, em seu conjunto, definem o objetivo da biblioteconomia e configuram o papel de mediador do bibliotecário entre a pessoa (por extensão, a sociedade) e o conhecimento registrado. Os elementos práticos presentes no campo de conhecimento da biblioteconomia a caracterizam antes como técnica do que ciência.

A biblioteconomia é parte integrante do sistema de comunicação social, caracterizando-se o seu campo de ação como etapa fundamental do fluxo da comunicação registrada em materiais bibliográficos e audiovisuais. A própria biblioteca é um sistema de comunicação. Pode-se configurar o modelo de comunicação por biblioteca na seguinte representação:

A = Agentes
(bibliotecário,
catálogos, índices,
etc.)

B = Usuário
da
Biblioteca



No modelo, o conhecimento registrado encontra-se organizado e estocado nos campos de X_1 a X_n (as várias seções de uma biblioteca). O usuário B pode dirigir-se diretamente às fontes ou pode recorrer ao bibliotecário como mediador entre suas necessidades de informação e das fontes para atendê-las. Em qualquer uma das duas situações pressupõe-se um gesto volitivo por parte do usuário que se dirige à biblioteca de acordo com sua vontade, interesse e motivação. Embora o usuário possa ter sido condicionado externamente, a biblioteca em si não é condicionadora de seu usuário.

Este modelo aqui modificado, no que se refere às posições de A (agente) e B (usuário), foi, originalmente, sugerido por Teixeira Coelho (7) a partir do modelo conceitual da comunicação iniciado por Westley e MacLean. Teixeira Coelho o apresenta como sendo o modelo de comunicação que

“...diante de todos os outros sistemas e processos que conduzem totalmente o receptor, mastigando informações a lhe serem fornecidas e que lhe dão uma sensação de realização, o processo de comunicação por biblioteca exige o contrário, exige do receptor que ele pase à frente e abra seu próprio caminho”.

Mas é preciso ponderar que o modelo é adequado a alguns segmentos sociais apenas, mais especificamente às classes médias e altas, possuidoras de escolarização maior e de poder aquisitivo que lhes dá acesso aos bens culturais. Num país como o Brasil, onde grande parte da população, a parte maior, vive à margem da sociedade e constitui o “não público” de nossas bibliotecas, o papel do bibliotecário como mediador entre a pessoa e o conhecimento registrado tem que ser repensado para ser recriado.

É para o “não público” real de nossas bibliotecas que Flusser em dois artigos (8) e (9) incita o bibliotecário a uma reflexão sobre o alcance social de sua prática. Flusser sugere a “biblioteca-ação cultural”, constituída conjuntamente com o processo de emergência cultural de uma dada população. Chama ao bibliotecário desta nova biblioteca o “bibliotecário-animador”. Ressalta o sentido de animação cultural como sendo

“... a prática política de uma profissão... (que) injetará no gesto técnico-profissional da biblioteconomia um pensamento político. Somente se o bibliotecário colocar o seu conhecimento (logos) à disposição de uma comunidade (polis), é que podemos falar de um bibliotecário-animador. E colocar a disposição não é “dádiva”, mas trabalho de contínua síntese entre teoria social, conhecimento técnico de biblioteconomia, e uma prática profissional, dialógica”. (8)

O que há de comum entre o projeto que nos sugere Flusser e os movimentos de educação popular? Esses movimentos, iniciados no Brasil por Paulo Freyre, são alternativos ao sistema educacional oficial, mas são sobretudo uma educação onde a pessoa deixa de ser

objeto para tornar-se sujeito de sua educação, de sua conscientização. E esta é entendida como a *compreensão do mundo*, pensada e elaborada coletivamente num esforço de criação e libertação.

Onde e como a prática bibliotecária pode encontrar-se com esta nova prática educacional? Essa é uma questão aberta aos bibliotecários brasileiros.

Do ponto de vista curricular, a visão integrada das ciências sociais pode favorecer a emergência e desenvolvimento de uma consciência social. A retomada do enfoque social e a sua continuidade no ciclo profissional podem ser reforçadas com a proposta de Flusser. Em seu segundo artigo para a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (9), ele trata especificamente da formação do bibliotecário e sugere o estudo da Sociologia da cultura, envolvendo a pluralidade de definições de cultura, o caráter político do planejamento cultural, a problemática da herança cultural. A sociologia da literatura — as relações entre a criação literária e os contextos sociais — são elementos sugestivos da proposta de Flusser, a qual deve ser vista em seu conjunto para que não se corra o risco de considerá-la “algo a mais” no ensino da biblioteconomia. Parece-nos que a atual proposta de currículo mínimo abre um espaço a ser coerentemente preenchido pelo currículo pleno, e neste sentido o pensamento de Flusser tem muito a oferecer à reflexão dos bibliotecários brasileiros.

3. A NOVA PROPOSTA CURRICULAR

Os esforços de vários profissionais do ensino de biblioteconomia, através dos anos, foram traduzidos num ante-projeto de currículo mínimo, cuja estrutura compõe-se de três partes: (10)

1a. parte: MATÉRIAS DE FUNDAMENTAÇÃO GERAL, de natureza teórica, que provêm a aprendizagem de base para o exercício da profissão. Referem-se ao ambiente externo e permitem a identificação de variáveis contextuais que influem na geração, organização e uso da informação, nas características dos seus usuários, e das instituições envolvidas no processo de organização/difusão da informação. Tais matérias são: Comunicação, Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Cotemporâneo e Psicologia Social.

2a. parte: Matérias instrumentais, como o próprio nome diz, referem-se ao conhecimento de instrumentos necessários para o desempenho profissional. Lógica, Língua Portuguesa e Métodos e Técnicas de Pesquisa são as matérias deste grupo.

3a. parte: Matérias de formação profissional, compreendendo um conjunto de conhecimentos que são específicos e/ou relacionados diretamente à biblioteconomia, conhecimentos a serem traduzidos em disciplinas que explicitam princípios e processos aplicáveis à prática profissional. Referem-se a funções, papéis e tarefas do profissional bibliotecário. Foram identificadas seis áreas: Informação, Biblioteca e Usuário; Produção dos Registros do Conhecimento; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento; Disseminação da Informação; Administração de Bibliotecas.

A seguir faremos algumas observações relativas às disciplinas componentes das primeira e segunda partes do currículo.

O estudo da Teoria da Comunicação, dos processos de comunicação, modalidades das mensagens e natureza dos veículos são essenciais à biblioteconomia por ser esta parte integrante da comunicação social.

A visão integrada das ciências sociais (Política, Sociologia e Economia) tendo como objeto de estudo a sociedade brasileira a partir de uma compreensão geral de sua formação, e concentrando-se particularmente no seu estado atual, fornece a emergência e desenvolvimento de consciência social aos profissionais de um campo que é técnico, mas com uma dimensão social em sua aplicação.

A Psicologia Social analisa o comportamento de grupos e comunidades em relação à formação, difusão e consumo de padrões e bens culturais. Para isto, será necessário estudar, em primeiro lugar, o que determina e articula o padrão cultural de um grupo ou de uma comunidade, para em seguida proceder à análise das diversas instituições encarregadas da difusão cultural — entre as quais se encontram as bibliotecas — levando em consideração sobretudo a forma pela qual essas instituições se relacionam com os seus usuários.

A disciplina Lógica tem o objetivo de desenvolver a capacidade para compreender, analisar e aplicar as leis do pensamento formal à prática bibliotecária. A Lógica assume no currículo a função de encaminhar, através do ensino, o desenvolvimento de atitude científica aos profissionais de uma disciplina — a biblioteconomia — que não tem se preocupado com a fundamentação nem com a sistematização das regras do procedimento científico. A biblioteconomia tem sido antes *técnica* do que *técnica científica*.

A inclusão da Língua Portuguesa no currículo mínimo procura responder à necessidade evidenciada nos alunos da universidade em geral, cujo conhecimento do idioma nacional adquirido no 2º grau não lhes permite superar as dificuldades de expressão e comunicação. Outras áreas da universidade tem incluído o ensino da língua portuguesa em seus currículos mínimos.

Pode-se questionar se o aluno que não aprendeu a língua portuguesa em onze anos de estudos (1º e 2º graus) poderia vir a aprendê-la na universidade em um curso de menor duração. Por outro lado, as próprias universidades têm organizado o ensino da língua portuguesa, que na Universidade Federal de Minas Gerais por exemplo, se chama Redação Técnica, e tem sido cursada principalmente por alunos de pós-graduação de cursos diversos.

A Metodologia da Pesquisa tem no curso de graduação o sentido de ensinar *por meio* de pesquisa e não o de formar pesquisadores, objetivo passível de ser atingido pela pós-graduação. Mesmo reconhecendo que a pouca tradição de pesquisa em biblioteconomia no Brasil leva à dificuldade na obtenção de recursos para financiar projetos, estes deverão sempre envolver a participação dos alunos, não apenas como mão de obra, mas principalmente como forma mais efetiva de aprendizagem. Neste sentido, a participação estudantil deve envolver, no mínimo, conhecimento dos objetivos do projeto, as razões para a metodologia escolhida, bem como discussão sistemática quanto ao significado científico e quanto à utilidade de cada variável, de cada questão. A preparação de questionários e de entrevistas destinados a pessoas com características culturais diversas deve assegurar a presença ativa dos estudantes.

A terceira parte da estrutura curricular — é a profissional. Sua organização se apresenta sob a forma de grandes áreas de estudo, dentro das quais será possível combinar várias disciplinas inter-relacionadas. O objetivo norteador dessa organização curricular foi o de assegurar flexibilidade aos vários cursos quanto à especificação de disciplinas que respondam às necessidades das diferentes regiões do país, dentro dos seus recursos e possibilidades.

Um currículo organizado em grandes áreas de assunto é, essencialmente, um esforço para superar a fragmentação de disciplinas em compartimentos estanques, prática que sabemos ser comum no estudo da biblioteconomia. O princípio de integração encontra-se implícito no conceito de "área de estudo". Na prática de ensino a abordagem integrada depende, não apenas da existência de umnexo entre as disciplinas componentes da área, como também da interação entre os professores envolvidos. Esta interação pode iniciar-se pela comunicação de idéias e seguir até à integração mútua de conceitos, processos, terminologias e dados. É importante destacar a necessidade de se procurar um equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos dos problemas bibliotecários, diminuindo a excessiva ênfase em detalhes técnicos em favor dos princípios orientadores da prática profissional.

CONCLUSÕES

A educação dos profissionais em um campo mutável como a biblioteconomia pressupõe que esta educação seja organizada levando em consideração não apenas a dinâmica que lhe é intrínseca, mas também as mudanças externas que afetam seu exercício. Face às rápidas mudanças que ocorrem tanto no interior da biblioteconomia quanto no ambiente social mais amplo, impõe-se antes o domínio de princípios e dos métodos de aplicá-los na solução de problemas novos do que o estudo minucioso de aspectos técnicos, estes também sujeitos a mudança.

A instabilidade econômica, política, social e institucional dos países periféricos (no sentido que é dado à palavra "periférico" pela CEPAL) (11) dificulta não apenas a determinação do perfil do bibliotecário,

como o grau de sua demanda futura pela sociedade. Surge, portanto, a necessidade de se organizar um modelo de educação baseada em competência bibliotecária essencial e que seja, simultaneamente, orgânica e flexível. À competência profissional teria que ser somada a consciência social, a fim de que o bibliotecário possa reorientar-se face à instabilidade do meio social.

O desenvolvimento dependente, descontínuo e desigual do país impõe uma demanda maior por profissionais mais críticos e criativos, que se caracterizem antes como agentes de mudança do que como mantenedores do *status quo*. O desenvolvimento de consciência social pode favorecer a emergência de percepção e compromisso para com as diferentes características culturais do ambiente. Uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, como a nossa, exige do profissional percepção compromissada. Percepção para que não contribua com a sua ação para a distorção das características culturais do meio em que trabalha. Essa postura pressupõe o conhecimento destas características culturais e a habilidade de usá-las como instrumento para reflexão e ação. A integração do ensino, pesquisa e extensão no interior da instituição favorece a educação de profissionais conscientizados e compromissados com os problemas do seu ambiente.

Uma consideração final: A proposta para mudança curricular, com alterações, pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A questão, que se coloca agora, é se uma lei, estabelecendo um novo currículo, pode servir como instrumento único para a mudança desejada. Mudança curricular requer liderança comprometida para transpor a apatia profissional e encaminhar mudanças graduais que facilitem o advento de um novo ensino.

Esta liderança teria que criar uma estratégia na busca de meios e modos pelos quais esta nova proposta de currículo mínimo contribua para mudança efetiva na educação do bibliotecário brasileiro.

Discusses reasons for changing the minimum library curriculum (1962). Presents directions for change. The curriculum proposal submitted to the C.F.E. (Federal Council of Education) for approval has suffered alterations, and therefore it is now apresented again for consideration when organisation of the full currila takes place.

REFERÊNCIAS E NOTAS

1. MANIFESTO sobre o novo currículo mínimo de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1982. 3p (mimeo).
2. Ver, por exemplo, os artigos de:
CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 2 (1): 43-59, mar. 1973.
VIEIRA, Anna da Soledade & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 6 (2): 125-35, set. 1977.
3. ABREU, Jayme. Problemas brasileiros de educação. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, 107: 9-31, jul./set., 1967.
4. Entrevista realizada pela autora para a sua tese:
POLKE, Ana Maria Athayde. *A study of divergence: libraries and society in Brazil within an educational perspective*. Loughborough University of Technology. Department of Library and Information Studies, 1980. 312p. /Doctoral thesis./
5. CASA NOVA, Vera Lucia de Carvalho. O ensino/aprendizagem da história da literatura no curso de biblioteconomia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 9(2): 159-64, set. 1980.

6. FERREIRA, Maria Luiza A. G. et alii. Currículo mínimo de Biblioteconomia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 6(1): 920-9, mar. 1977.
A professora Relinda Koehler publicou um artigo no CRB-9 Informativo, Curitiba em 1977.
7. COELHO NETTO, J. Teixeira. A biblioteca como modelo de sistema de comunicação. *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, 11(1/2): 29-32, jan./jun. 1978.
8. FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 9(2): 131-8, set. 1980.
9. ————. O bibliotecário animador; considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 11(2): 230-6, set. 1982.
10. PROPOSTA de currículo mínimo de biblioteconomia. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho reunido no período de 24 a 28 de novembro de 1980. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Ensino Superior, 1981. 20p.
11. Os economistas da CEPAL introduziram idéias originais e polêmicas com relação ao funcionamento das economias subdesenvolvidas. Originou-se dos estudos da CEPAL um genuíno pensamento latinoamericano, responsável por teses polêmicas como aquela que discerne a divisão da economia internacional entre países centrais e países periféricos. A menos que esses últimos pudessem promover mudanças radicais nas suas relações com o centro estariam condenados ao subdesenvolvimento, este entendido não como simples estágio anterior ao desenvolvimento, mas como conseqüência de uma situação estrutural